



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Às dez horas do dia dezessete de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões da Coordenadoria das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com a presença dos Deputados membros: Roberto Requião, Anibal Khury, Antônio Annibelli e Gabriel Manoel. Da pauta, deliberação aos pareceres dos deputados Anibal Khury e Roberto Requião, apostos, respectivamente, ao Projeto de Lei n.º 240/84 – Orçamento Plurianual de Investimentos 1985/1987 e Proposição n.º 157/84 – Orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial. Apresentados pelos Deputados relatores, respectivamente, Anibal Khury e Roberto Requião, os pareceres foram apresentados, defendidos e aprovados, nos termos dos pareceres anexos que, fazem agora, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, AYRTON ALVES ARANHA, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros presentes.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Vice-Presidente

ANIBAL KHURY

ROBERTO REQUIÃO

GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N.º 240/84

PARECER:

Através da Mensagem n.º 192, de 12 de setembro de 1984 o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, apresenta para apreciação desta Casa de Leis o anteprojeto de lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1985 a 1987.

Tal mensagem deu origem ao Projeto de Lei n.º 240/84, o qual vem atender as disposições da Constituição Estadual no § 2.º, o artigo 32, do Ato Complementar n.º 43/69, no art. 5.º, bem como as determinações da Lei n.º 5.982/69.

A primordial função do Orçamento Plurianual de Investimentos é o atendimento das determinações do Mandamento Constitucional do Estado do seu artigo 33, § 2.º, que assevera:

“Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos, ou sem prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do Orçamento, durante o prazo de sua execução”.

Para o próximo triênio, a preços de 1985, pretende o governo investir mais de 20,3 trilhões de cruzeiros, alocando para cada exercício, respectivamente, 6,6 trilhões de cruzeiros para 1985, 6,8 para 1986 e 6,9 para 1987.

Os números são surpreendentes, pois analisando comparativamente veremos que as programações para o próximo triênio cresceram em mais de 14,5 trilhões de cruzeiros em relação ao proposto para o exercício de 1984 a 1987, ou seja, 250 por cento.

Só o previsto para 1985, em Despesas de Capital, 6,6 trilhões de cruzeiros superam em 800 bilhões de cruzeiros ao consignado na programação anterior, para todo o triênio.

Analisando as prioridades governamentais nos deparamos que as três funções mais aquinhoadas são:

Indústria, Comércio e Serviços com 12,5 trilhões de cruzeiros ou seja, 61,58 por cento do total;

Energia e Recursos Minerais com 2,4 trilhões de cruzeiros, representando 11,82 por cento do total; e,

Transportes com 1,6 trilhões de cruzeiros, com um percentual de 7,88 por cento do global.

O projeto no qual foram alocados mais recursos foi o “Incremento creditício ao Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária – BANESTADO com 3,4 trilhões de cruzeiros, vinculado à Secretaria de Estado das Finanças, o que vem consignar a preocupação governamental com o prosseguimento do desenvolvimento sócio-econômico do Estado, fazendo do Paraná um dos poucos oásis desenvolvimentistas neste Brasil de recessões.

Tal atitude, confirmada pelas números, pressupõe a tentativa governamental de sanar, ou pelo menos, minimizar os efeitos da “questão social” advinda do desemprego e subemprego.

Ressaltamos que, do total a ser investido, nos próximos anos, somente 4,2 trilhões de cruzeiros o governo programa o fazer através de operações de crédito, ficando com o encargo de atender os investimentos de 16,1 trilhões de cruzeiros, com recursos próprios e em decorrência de convênios.

O montante a ser gasto com as Despesas de Capital no próximo triênio, pela Administração estadual, se ajusta dentro dos objetivos traçados pelo Plano de Governo, no que concerne ao combate das causas dos problemas sociais. A tarefa a que se propõe o atual Governo do Estado encontra inúmeros óbices, por estar inserido num País que não tem um planejamento voltado para erradicação dos problemas sociais, mas ao contrário, sem objetivos claros, tendendo a aprofundar as questões sociais.

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto de lei, contudo, mesmo que seja aprovado, fica o mesmo adstrito às alterações que se fizerem presente por ocasião da deliberação do Projeto de Lei Orçamentária n.º 252/84, ora em tramitação nesta Casa, no que concerne às Despesas de Capital para o exercício de 1985.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de leis.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1984.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Presidente

ANIBAL KHURY – Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROPOSIÇÃO N.º 157/84

PARECER:

Em obediência ao disposto no Art. 5.º, da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983, o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, para que sejam referendados, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, devidamente aprovados pelo Executivo através de Decretos que especifica em relação anexa.

Do exame da documentação que acompanha a presente proposição, nos parece extemporâneo o encaminhamento dos orçamentos acima referidos nesta quadra do ano, quando a maior parcela dos mesmos já foi realizada, deixando ao legislativo, apenas, o fato consumado.

Não se justifica a possível alegação de ser este o primeiro

ano em que a prática é adotada, e nem que se achava pendente a apreciação do veto aposto pelo Excelentíssimo Sr. Governador pois, os Decretos respectivos, datados de dezembro de 1983, deveriam ter sido de imediato submetidos à apreciação do Legislativo, na forma da lei.

Deve-se salientar, ainda que, se cabe à Assembléia se pronunciar sobre os orçamentos das entidades da Administração Indireta, não é menos verdadeiro que devesse se pronunciar sobre alterações havidas "a posteriori", como se verifica de diversos Decretos retificativos, em anexo.

Nestas condições, relevando-se a contragosto as incorreções na forma de se submeter ao Legislativo os planos orçamentários em questão, nos atemos ao exame do mérito da documentação submetida, constatando que atende, quanto ao seu conteúdo, aos interesses do Estado, Opinamos no sentido de que sejam os orçamentos anexos aprovados por esta Casa, na forma da minuta de projeto de Resolução que anexamos.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1984.

(2a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

ROBERTO REQUIÃO

Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º

Art. 1.º – Ficam aprovados nos termos do Art. 5.º, da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983, as contas das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgão de Regime Especial, abaixo discriminados, oriundas de orçamento próprio, para o exercício de 1984.

Decreto n.º	Nome
2424	Junta Comercial do Paraná
2418	Faculdade de Educação Musical do Paraná
2434	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM-PR
2432	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA
2431	Departamento de Estradas de Rodagem - DER
2430	Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR
2429	Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA
2423	Departamento de Trânsito - DETRAN
2399	Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE
2419	Colégio Estadual do Paraná
2404	Biblioteca Pública do Paraná
2402	Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem - DAMI
2401	Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO
2400	Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM
2395	Coordenação da Receita do Estado
2393	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC

2392	Departamento Estadual de Estatística - DEE
2433	Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
2428	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR
2427	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ
2403	Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR
2398	Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR
2394	Loteria do Estado do Paraná
2426	Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR
2425	Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - FITC
2420	Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FISCMR
2421	Instituto de Assistência ao Menor - IAM
2422	Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR
2407	Fundação Universidade Estadual de Londrina
2408	Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa
2409	Fundação Universidade Estadual de Maringá
2410	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
2411	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio
2412	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
2413	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
2414	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória
2415	Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
2416	Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho
2417	Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro
2406	Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR
2405	Fundação Teatro Guaíra
2397	Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR
2396	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE
2391	Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR
2390	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Relator